

apontam, antes, para um passado de extrema complexidade das sociedades das terras baixas (as pesquisas sobre os grupos Aruak subandinos, em particular, são um bom exemplo disso). Além disso, as concepções clastreanas de segmentaridade e divisibilidade são, do ponto de vista da etnologia atual, problemáticas pela forma como implicam uma construção teórica de fronteiras socioespaciais excessivamente substantivas e fixas.

A despeito desses problemas, que evidentemente só podem ser retrospectivos, Clastres sugeriu uma operação antropológica fundamental: o argumento de a sociedade primitiva não precisar passar pelo Estado para recusá-lo carrega em seu bojo potencialidades para uma antropologia não-transcendentalista. Se a sociedade primitiva é contra o Estado, o pensamento de Clastres também o é. Tal pensamento, seguindo expressão que o próprio autor usou alhures, sugere um *diálogo com* — e não um *escrever sobre* — o outro. Um *diálogo com o outro* dispensa o uso dos conceitos antropológicos como condicionantes transcendentais (e transcendentais) da relação antropólogo/nativo. Na política, como no pensamento, “esse fluxo de amor que não cessa de vir de baixo para se lançar sempre mais alto, esse amor dos súditos pelo senhor, desnatura igualmente as relações entre os sujeitos” (:107). A obra de Clastres nos permite vislumbrar a possibilidade de, no plano conceitual, substituir esse amor ao “tirano” (os conceitos de Natureza, Cultura, Sociedade etc.) por uma verdadeira relação entre os sujeitos: *antropologia contra o Estado*.

COELHO, Maria Claudia. 2006. *O valor das intenções. Dádiva, emoção e identidade*. Editora FGV. 107 pp.

Lauro Cavalcanti

ESDI –UERJ

A questão central deste livro é a de desconstruir a idéia da cultura como um sistema coeso para propor uma visão que a contemple como algo dinâmico e multifacetado. Adota uma perspectiva teórica de contextualização das emoções, entendidas estas como uma forma de discurso, para investigar os limites de compreensão da cultura a partir das noções de nexos e coerência. Para atingir tais objetivos, a autora elegeu o exame do sistema de dádivas por intermédio de uma revisão da bibliografia clássica e de etnografias que abordam, lançando mão de metodologia que dialoga com a sociolinguística, as trocas de presentes na sociedade contemporânea, mais especificamente nas camadas médias da zona sul carioca.

Uma das maiores virtudes deste trabalho é o domínio completo que Maria Claudia possui da literatura sobre o tema, assim como da importância de tais obras e de seus respectivos autores na constituição de algumas questões centrais para a própria epistemologia do pensamento antropológico: o domínio do social e suas pontes com expressões individuais; a representação do mundo; o universal e o particular; a interação dentro de sistemas culturais e as formas de compreensão da alteridade com seus respectivos sistemas de crenças.

Após relatar dois episódios de oferta de presentes que lhe causaram estranhamento durante uma pesquisa anterior em uma escola de teatro, a autora enuncia seu interesse em discutir a dádiva como estratégia de construção de identidades e de expressão de emoções. Propõe exa-

minar a troca de presentes como um “ato de comunicação”, abandonando as linhas tradicionais que privilegiavam sua análise a partir do prisma que estabelece uma natureza sistêmica da permuta de dádivas.

No capítulo 1, Maria Claudia compartilha com o leitor a teoria antropológica sobre o assunto, de modo que ele se encontre plenamente equipado para acompanhar os estudos de caso nos capítulos subsequentes. Somos levados a visitar os pontos centrais do pensamento de Malinowski, Mauss, Lévi-Strauss, Bourdieu e Godelier. Cabe assinalar a dupla utilidade desta *démarche*: como revisão para especialistas e introdução à teoria antropológica para leigos e iniciantes. Além de descrever a preciosa descoberta etnográfica de Malinowski a respeito do *kula* entre os nativos das Ilhas Trobriand, a autora detém-se nos desdobramentos teóricos e nas divergências entre Marcel Mauss e Claude Lévi-Strauss. O primeiro, em seu ensaio seminal “Ensaio sobre a dádiva” (1974), propõe o sistema de trocas de presentes como um “fato social total” e sugere uma mistura de almas e coisas, assim como uma dupla verdade da dádiva: por um lado, transações voluntárias e, por outro, movimentos obrigatórios de caráter coercitivo. Para Mauss, as coisas dadas seriam “animadas”: presentear alguma coisa a alguém seria presentear algo de si. A troca seria composta de uma tripla obrigação: dar, receber, retribuir. Nessa mistura entre pessoas e coisas, a contraprestação equivaleria a uma nova prestação que exigiria uma nova retribuição. Mauss aborda a complementaridade entre o psíquico e o social, aceitando a explicação nativa de vínculo espiritual entre as coisas. É sobre este ponto que recai a crítica de Lévi-Strauss (1974:16) ao afirmar caber ao antropólogo ir além das explicações contidas no discurso dos nativos, posto que aquilo que “os interes-

sados (...) acreditam fazer ou pensar está sempre muito afastado do que pensam ou fazem, efetivamente”. O projeto de investigação etnográfica deveria almejar “uma realidade subjacente, inconsciente na mente nativa e acessível, sobretudo, por meio do exame das instituições e da linguagem”. Para Lévi-Strauss, as estruturas mentais inconscientes são vias de acesso mais eficazes para atingir a realidade subjacente do que as elaborações conscientes da mente nativa. Afinal, há na troca muito mais do que as coisas trocadas, carregando em seu bojo processos de formação de grupos e um lucro traduzido em moedas não-econômicas, tais como poder, prestígio e afeto.

Pierre Bourdieu, no “*Ésquisse d'une théorie de la pratique*” (1972), resolve a oposição entre Mauss e Lévi-Strauss ao integrar a percepção que alguém possui de sua prática à lógica que lhe é subjacente. O autor de “*A Distinção*” percebe que a essência da oposição residia no fato de que Mauss discutia o presente como era vivenciado, ao passo que Lévi-Strauss o examinava fora de sua inserção cotidiana. O presente para quem o vivencia é espontâneo e desinteressado, enquanto para quem o observa de fora, é forçado e motivado pelo interesse. Bourdieu constata que não havia incorreção nas duas observações, apenas diferentes postos e tempos de observação. Introduce a idéia de dimensão temporal, o tempo decorrido entre a dádiva e a contradádiva, ignorada pelo objetivismo, como o elemento que torna possível a coexistência de duas verdades opostas — desinteresse e cálculo — entre as visões nativas e externas do sistema de dons.

Ao examinar o debate entre Mauss e Lévi-Strauss, Pierre Bourdieu dá um passo decisivo para a elaboração de elementos centrais de sua sociologia: a percepção das estruturas sociais que, incorporadas pelos agentes, passam a orientar

suas ações. O conceito de "habitus" que se constitui em um sistema de estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes. Em outras palavras, princípios de geração e de formação de práticas e de representações que podem ser objetivamente reguladas e regulares sem serem, absolutamente, fruto estrito de obediência a regras ou obedecerem à ação orquestradora de um regente. Espécie de social introjetado e recriado pelo aparelho mental de cada indivíduo, o "habitus" é um entroncamento entre a coerção do social que estrutura e é estruturado por cada ser humano. No caso da dádiva, Bourdieu aproxima-se da noção de Mauss de um conjunto de expectativas coletivas e propõe que o sistema poderia ser entendido como um "auto-engano individual sustentado por um auto-engano coletivo", uma vez que a generosidade que impele à dádiva ancora-se na suposição do doador de que seu ato será compreendido como generoso e recompensado.

Encerrando esta parte, Maria Claudia aponta a pergunta fundamental formulada por Godelier: que objetos ficam excluídos do sistema de trocas e, por conseguinte, permanecem em um círculo de "sacralização"? Prossegue analisando o modo como Godelier atribui ao imaginário a função de dar aos homens uma visão sacralizada de suas próprias leis e costumes, obscurecendo-os de sua origem humana.

Os três capítulos seguintes constituem o ponto alto do livro e inserem-se em uma estabelecida e profícua tradição de pesquisa do ambiente urbano por meio de uma perspectiva interacionista que lança um olhar para o mundo social, incorporando a sua dimensão subjetiva. Linha iniciada entre nós, no início dos anos 1970, pelo professor Gilberto Velho ao examinar um prédio residencial em Copacabana que, apesar de precárias

condições de conforto, trazia a contradição fundamental de ser percebido pela maioria dos seus habitantes como uma escalada em suas trajetórias de vida.

O objeto do segundo capítulo é o exame da constituição de imagens de si mesmo por meio da troca de presentes. A dádiva é, a um só tempo, um veículo para a elaboração da face e um modo particular de se apresentar ao outro. Os ricos registros etnográficos articulam-se com a literatura tradicional do primeiro capítulo, assim como introduzem reflexões originais e estabelecem pontes com a literatura internacional contemporânea. Presentear é construir um espelho que projeta um reflexo particular para si próprio e para o outro. Reflete, igualmente, no gesto da escolha do objeto, uma visão que se tem da pessoa a ser presenteadada. Empreitada não desprovida de risco, pois fortes distorções da imagem podem provocar aquilo que é o mais temido: a ofensa traduzida por gafes que podem ser percebidas como reveladoras de naturezas profundas de sentimento. Instigantes análises completam este segmento: o presente como insulto e as dádivas a partir de uma perspectiva de papéis de gênero.

O tema central da emoção como objeto antropológico e as tensões geradas entre o obrigatório e o espontâneo constituem o fulcro do terceiro capítulo. Coelho examina as datas obrigatórias de troca de presentes e como estas são percebidas, atualizadas e, por vezes, evitadas. Aprofunda as conexões entre valor e afeto, desconstruindo a apressada noção que estabelecia uma proporcionalidade automática entre um e outro. Distingue o valor de uso, o valor de troca e, citando Godbout (1999), introduz a noção de valor de vínculo: o fortalecimento dos laços que pode ser obtido por gestos desprovidos de um grande valor material. Conclui que a expressão de afeto

está longe de ser um sentido necessário da dádiva. Assinala, contudo que, no universo das camadas médias cariocas, no amplo leque de emoções à disposição da natureza humana, quase nenhuma delas poderia ser excluída do universo da dádiva: raiva, decepção, amor, ciúme, inveja, rejeição etc.

O capítulo 4 mergulha em um universo hierárquico e particular da sociedade brasileira: a relação entre patroas e empregadas domésticas. A tensão espontaneidade-obrigação pende fortemente para a segunda, quando se trata da troca de objetos em relações indelevelmente hierárquicas. Coelho examina as trocas materiais, as emoções e a gratidão como o contrapresente esperado por alguém em situação superior àquele que oferta a dádiva. É uma bela demonstração de como o exame específico de um fato pode ser revelador e eficaz para a análise das desigualdades atualizadas no cotidiano da vida social. Em um ponto particularmente feliz, assinala o gosto de servidão que adquire a gratidão, quando esta é a única forma de retribuição ao alcance do presenteado.

A troca de presentes no Natal é objeto do último capítulo deste importante livro que ultrapassa a percepção da dádiva como um sistema para propor uma reflexão sobre o dom como um campo social de possibilidades para a expressão individual. Assim como a linguagem, o ato de presentear permite a apropriação específica e particular por todos e cada um de nós. Este livro é uma dádiva intelectual que, ao exigir uma leitura profunda, recompensará o leitor com reflexões originais e uma instigante gama de questões da antropologia clássica e contemporânea.

CRAPANZANO, Vincent. 2004. *Imaginative horizons: an essay in literary-philosophical anthropology*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press. 260 pp.

Marcelo Rodrigues Souza Ribeiro

Mestrando, PPGAS/UFSC

Imaginative horizons — cuja grande erudição e amplitude temática o tornam difícil de resenhar — consiste em uma reflexão ensaística e prismática sobre como a imaginação (se) organiza e (se) movimenta (n)os seres humanos através da diferença cultural, produzindo e limitando maneiras de a experiência fazer sentido e articulando possível e impossível. Com sete capítulos baseados em conferências proferidas em 1999, a convite do Frobenius Institute and Literaturhaus em Frankfurt am Main, o livro é um contratexto de *Serving the Word* — em que o autor investiga o literalismo como estilo de interpretação predominante nos Estados Unidos, o qual se concentra na dimensão semântico-referencial da linguagem e não na dimensão retórico-pragmática em que figura o jogo imaginativo — em forma de montagem: justapõe o inesperado, pretende perturbar conceitualmente o leitor e abrir a antropologia — “disciplina intersticial” cuja “beleza” reside em sua “fluidez” (:5) — para considerações literárias e filosóficas.

A imaginação — pensada em seu movimento e temporalidade, não em seus produtos e em sua topografia — é figurada pelo *arrière-pays*, a hinterlândia, título do livro de 1982 do poeta francês Yves Bonnefoy. Os horizontes imaginativos são auras que acompanham a experiência e resistem à articulação, fronteiras que demarcam “uma mudança de registro ontológico” (:14). O *arrière-pays* é o limiar do possível; abertura desejada e temida, permanece elusivo, deslizan-